

CAPÍTULO 7

A GARANTIA DE DIREITOS DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA NO ENSINO SUPERIOR: ACESSIBILIDADE QUE ROMPE BARREIRAS

Roberta Pires Sales Guedes Ferreira

"Assistente Social, formada pela UFRJ,
Especialista em Gestão de Projetos Sociais e Docência do Ensino Superior.
Pós-graduanda em Neuropsicopedagogia, Saúde Coletiva, Estratégia de Saúde da
Família e em Serviço Social e Políticas Públicas.
Ativista pelos direitos PcD
Ex-conselheira estadual de direitos da PcD
Ex-presidente do Conselho Estadual de Políticas para as Pessoas com Deficiência.

RESUMO

Este artigo explora como se dá a garantia de direitos de estudantes com deficiência no Ensino Superior, e a fundamental relevância da acessibilidade no cotidiano frente aos desafios enfrentados. São discutidas estratégias, boas práticas e tecnologias que potencializam na prática, a inclusão e a vivência educacional desses alunos, além de instrumentalizarem o corpo docente com estratégias metodológicas mais inclusivas. A construção deste artigo foi inspirada nas experiências do Programa Rompendo Barreiras: luta pela inclusão (UERJ), que tem como missão primordial, garantir direitos educacionais, e recursos para a permanência dos estudantes com deficiência na Universidade, seja no suporte em tecnologias assistivas, seja na mediação acadêmica.

Palavras-chave: Inclusão. Acessibilidade. Direitos. Deficiência. Educação.

INTRODUÇÃO

A educação é um direito humano fundamental, garantido pela Declaração Universal dos Direitos Humanos e pela Constituição brasileira, independentemente de suas condições físicas, intelectuais ou socioeconômicas. No entanto, as pessoas com deficiência ainda enfrentam diversos desafios para acessar e permanecer no ensino superior.

De acordo com o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), em 2021, apenas 0,6% dos estudantes

de graduação no Brasil se declararam pessoas com deficiência. Esse número ainda é muito baixo, se comparado ao percentual de pessoas com deficiência na população brasileira, que é de aproximadamente 24%.

No contexto do ensino superior, a acessibilidade é essencial para garantir a participação plena dos estudantes com deficiência. Ela permite que esses estudantes tenham acesso à educação de qualidade, independentemente de suas condições físicas ou intelectuais.

Vale dizer que a acessibilidade é um direito fundamental das pessoas com deficiência, pois garante, ou deveria garantir, o acesso a bens, serviços e oportunidades, em igualdade de condições com as demais pessoas.

Este artigo discute a importância da acessibilidade como um mecanismo para garantir os direitos desses estudantes. E apresenta algumas ações que podem ser implementadas para promover a acessibilidade no ensino superior, que envolvam a adequação das infraestruturas físicas, a oferta de recursos pedagógicos e de apoio, criação de serviços especializados e de assistência estudantil, e a capacitação dos profissionais da educação.

DESENVOLVIMENTO

Os principais desafios enfrentados por estudantes com deficiência no ensino superior incluem as famosas barreiras arquitetônicas: muitas instituições de ensino superior ainda não possuem infraestruturas físicas acessíveis, o que dificulta a locomoção e o acesso a espaços e serviços.

As Barreiras pedagógicas: onde os currículos e as metodologias de ensino nem sempre são adaptados às necessidades dos estudantes com deficiência. A dimensão pedagógica mencionada ainda contempla detalhes importantes integrantes da rotina acadêmica: a escolha e disponibilização dos materiais teóricos. O corpo docente ainda não está plenamente preparado ou empático para adaptar recursos, como por exemplo, o formato de arquivos de texto permitidos para softwares de leitura, ou descrição de imagens em apresentações.

Neste contexto, as barreiras pedagógicas interferem diretamente nas barreiras comunicacionais: Os materiais didáticos e as atividades de comunicação nem sempre são acessíveis para pessoas com deficiência visual, auditiva ou intelectual. Em que as tecnologias assistivas deveriam ser contempladas ao longo do planejamento das atividades.

Sabendo que a acessibilidade física se refere à adequação das

infraestruturas físicas para garantir a locomoção, melhor mobilidade e o acesso a espaços e serviços por pessoas com deficiência. Algumas medidas que podem ser adotadas para promover a acessibilidade física no ensino superior incluem: Construção de rampas, elevadores e banheiros acessíveis. Instalação de sinalização acessível, incluindo legendas em libras e audiodescrição. Adaptação de salas de aula, laboratórios e bibliotecas para pessoas com deficiência visual, auditiva ou intelectual.

Contudo, na modalidade de ensino à distância, onde o ambiente virtual é a “salade aula”, as plataformas, chats, fóruns, suporte, todos os recursos estruturantes, precisam ser acessíveis. Sobretudo com janela de libras, alto contraste, e leitor de texto integrado.

Pedagogicamente, a adequação dos currículos e das metodologias de ensino para atender às necessidades dos estudantes com deficiência é elemento chave. Prevendo a oferta de recursos pedagógicos adaptados, como livros em braile, material em áudio e tecnologias assistivas. A adaptação dos conteúdos e das atividades avaliativas para pessoas com deficiência, e disponibilização de profissionais de apoio especializado para o cotidiano das aulas, e para a realização das avaliações.

A acessibilidade comunicacional refere-se à disponibilização de materiais didáticos e atividades de comunicação acessíveis para pessoas com deficiência visual, auditiva ou intelectual. Reforço que a oferta de materiais didáticos em formatos acessíveis, como braile, audiolivros, legendagem em libras e audiodescrição em atividades de comunicação, como palestras, vídeos e aulas online.

Para que haja, de fato, a promoção da acessibilidade no ensino superior é requerida a atuação conjunta de diferentes atores, incluindo as instituições de ensino, o governo e a sociedade civil, em uníssono. Estrategicamente ações devem ser implementadas para promover a acessibilidade no ensino superior, considerando o urgente treinamento de professores e equipes de apoio, o respeito ao design universal para o ensino, a criação de um ambiente empático, inclusivo e acolhedor. Onde ocorra envolvimento dos alunos com deficiência no processo de decisão.

O direito à acessibilidade no ensino superior brasileiro não se trata de benesse ou favor. É garantido por diversos instrumentos legais e normativos, desde a Declaração Universal dos Direitos Humanos, passando pela Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), e pela Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva e a Resolução nº 7, de 24 de abril de 2022, do

Conselho Nacional de Educação. Todos os referidos instrumentos reconhecem o direito das pessoas com deficiência ao acesso à educação em igualdade de condições com as demais pessoas.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos afirma que "toda pessoa tem direito à educação" e que "o ensino superior deve ser igualmente acessível a todos em função do seu mérito". A Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, por sua vez, estabelece que os Estados Partes devem garantir que as pessoas com deficiência tenham acesso em igualdade de condições com as demais pessoas às escolas e outras instituições de ensino de todos os níveis, inclusive universidades.

No Brasil, a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência) estabelece que "o acesso à educação é direito fundamental das pessoas com deficiência, garantido pelo sistema educacional inclusivo em **todosos níveis e modalidades de ensino**, bem como o atendimento educacional especializado". A Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva define a educação especial como uma modalidade de educação escolar que perpassa todos os níveis, modalidades e etapas do ensino, com vistas a garantir o acesso, a participação e o sucesso de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.

A Resolução nº 7, de 24 de abril de 2022, do Conselho Nacional de Educação, estabelece que "a acessibilidade, em suas dimensões física, pedagógica e comunicacional, é condição para o pleno acesso, permanência e sucesso dos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação na educação superior".

Portanto, pode-se afirmar, que o Brasil possui amplo arcabouço legal para falar de acessibilidade. E a atualidade demanda a execução correta das políticas públicas envolvidas. A problematização sobre a inclusão deve abrir espaço para a realização de tudo o que já foi convencionado na sociedade, perante lutas e mobilização da sociedade civil, movimentos estudantis, coletivos de docentes e demais trabalhadores da Educação. Nesta esfera o Controle Social, através dos conselhos municipais, estaduais e nacional de Educação, tem feito pressão positiva para que o financiamento público seja condizente com os investimentos necessários para que a inclusão educacional seja uma realidade.

Em tempo, apesar de setores da sociedade resistirem aos "gastos públicos" e investimentos para a diversidade e inclusão na Educação, instituições de Ensino Superior tem apresentado resultados interessantes e

pioneiros na criação de programas e projetos estruturados nos princípios da acessibilidade, configurando assim, boas práticas.

Como a acessibilidade no ensino superior é um desafio global, após pesquisas, foi possível identificar que existem boas práticas internacionais passíveis de ser consideradas como inspiração, e adotadas, conforme cada contexto cultural. Algumas delas são:

- A Universidade de Harvard, nos Estados Unidos, oferece uma ampla gama de recursos e serviços para estudantes com deficiência, incluindo: Serviço de intérpretes de língua de sinais para estudantes surdos ou com deficiência auditiva; Serviço de leitores para estudantes com deficiência visual; Serviço de suporte acadêmico para estudantes com deficiência intelectual.

- A Universidade de Oxford, no Reino Unido, tem uma política de inclusão que garanta todos os estudantes, independentemente de suas deficiências, tenham acesso às mesmas oportunidades educacionais. A universidade oferece: Cursos e materiais didáticos acessíveis a estudantes com deficiência visual, auditiva ou intelectual; Exames e avaliações adaptados às necessidades de estudantes com deficiência.

- A Universidade de Melbourne, na Austrália, oferece um programa de mentoria para estudantes com deficiência, que os ajuda a se adaptarem ao ambiente universitário e a desenvolverem suas habilidades acadêmicas. O programa é coordenado por um grupo de estudantes voluntários que são treinados para fornecer apoio e orientação a estudantes com deficiência.

- A Universidade de Toronto, no Canadá, tem um centro de recursos para estudantes com deficiência, que oferece uma variedade de serviços, incluindo orientação, aconselhamento e suporte acadêmico. O centro também oferece workshops e eventos para promover a conscientização e a sensibilização para a diversidade e a inclusão.

- A Universidade de Barcelona, na Espanha, tem uma política de inclusão que garanta todos os estudantes, independentemente de suas deficiências, tenham acesso às mesmas oportunidades educacionais. A política inclui uma série de medidas, como: Oferta de cursos e materiais didáticos acessíveis a estudantes com deficiência visual, auditiva ou intelectual; Oferta de exames e avaliações adaptados às necessidades de estudantes com deficiência.

No Brasil, temos boas práticas de acessibilidade no ensino superior em praticamente todas as regiões:

- A Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS): que criou a Comissão de Acessibilidade para Pessoas com Deficiência (CAPD), responsável por promover a acessibilidade física, pedagógica e comunicacional na universidade.

- A Universidade de São Paulo (USP): que oferece recursos pedagógicos adaptados, como livros em braille, material em áudio e tecnologias assistivas, para apoiar estudantes com deficiência.

- A Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC): que capacita seus docentes e servidores para atuar com a diversidade, incluindo pessoas com deficiência.

No nordeste do Brasil, apesar de muitos desafios socioeconômicos, existem diversas universidades que estão se esforçando para adotar boas práticas de inclusão no ensino superior:

- A Universidade Federal do Ceará (UFC) oferece um programa de mentoria para estudantes com deficiência, que os ajuda a se adaptarem ao ambiente universitário e a desenvolverem suas habilidades acadêmicas. O programa é coordenado por um grupo de estudantes voluntários que são treinados para fornecer apoio e orientação a estudantes com deficiência.

- A Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) oferece um centro de recursos para estudantes com deficiência, que oferece uma variedade de serviços, incluindo orientação, aconselhamento e suporte acadêmico. O centro também oferece workshops e eventos para promover a conscientização e a sensibilização para a diversidade e a inclusão.

- A Universidade Federal da Bahia (UFBA) tem uma política de inclusão que garante que todos os estudantes, independentemente de suas deficiências, tenham acesso às mesmas oportunidades educacionais. A política inclui uma série de medidas, como oferta de cursos e materiais didáticos acessíveis a estudantes com deficiência visual, auditiva ou intelectual, e a oferta de exames e avaliações adaptados às necessidades de estudantes com deficiência.

No Sudeste, há o destaque para a Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), que é uma das pioneiras na implementação de políticas de inclusão de pessoas com deficiência no ensino superior. Em 1988, a instituição criou o Programa Rompendo Barreiras, que tem como objetivo assegurar a acessibilidade e a permanência de graduandos com deficiência na UERJ.

O Programa Rompendo Barreiras oferece uma série de serviços e recursos para apoiar estudantes com deficiência, incluindo:

- **Acessibilidade física:** com investimento na adequação de suas infraestruturas físicas para garantir a acessibilidade de estudantes com deficiência. A universidade conta com rampas, elevadores, banheiros acessíveis e sinalização acessível.
- **Acessibilidade pedagógica:** com a oferta de uma série de recursos pedagógicos adaptados para atender às necessidades de estudantes com deficiência. A universidade conta com livros em braille, material em áudio, tecnologias assistivas e apoio pedagógico especializado.
- **Acessibilidade comunicacional:** oferecendo recursos de acessibilidade comunicacional para estudantes com deficiência visual, auditiva ou intelectual. A universidade conta com legendas em libras, audiodescrição e tradução para Libras.

O Programa Rompendo Barreiras tem sido reconhecido por sua atuação pioneira na promoção da inclusão de pessoas com deficiência no ensino superior. A universidade foi premiada em 2019 pelo Ministério da Educação com o Prêmio Nacional de Educação Inclusiva.

Em abril de 2023, o Programa completou 35 anos e comemorou com a realização do seu IV Encontro, um seminário presencial, com transmissão online das palestras e mesas de debate de grande qualidade, contando com a presença de ativistas com e sem deficiência. Já em agosto, conseguiu inaugurar nova sala, mais bem equipada para atender à toda a comunidade acadêmica. Na referida inauguração, ex-alunos com deficiência compartilharam suas experiências em uma rica roda de conversa, aberta ao público.

Como resultado prático dos investimentos para a inclusão, a Universidade teve expressivo aumento da matrícula de estudantes com deficiência. Em 2021, a UERJ contava com mais de 1.000 estudantes com deficiência matriculados em cursos de graduação. Recebeu relatos reais de melhoria da qualidade de vida e da aprendizagem de estudantes com deficiência, já que o Programa permite e incentiva o acesso à educação inclusiva de qualidade, em igualdade de condições com as demais pessoas.

Essas são apenas algumas das boas práticas que podem ser adotadas para promover a acessibilidade no ensino superior. É importante que as instituições de ensino estejam comprometidas com a garantia dos direitos das pessoas com deficiência, e que trabalhem para criar ambientes inclusivos e acessíveis para todos.

É fundamental ainda, destacar ações que podem ser implementadas pelas instituições de ensino para promover a acessibilidade: a adoção de normas e diretrizes para acessibilidade física, pedagógica e comunicacional; a realização de diagnósticos para identificar barreiras e

lacunas na acessibilidade. E a Implementação de ações de conscientização, sensibilização sobre acessibilidade, e capacitação de profissionais da educação para atuar com a diversidade. Tais ações são essenciais para garantir que as pessoas com deficiência tenham acesso à educação de qualidade, em igualdade de condições com as demais pessoas.

Além da implementação das mudanças pró inclusão no ensino superior, é fundamental o mapeamento das instituições que já estão nesta trajetória. Uma ferramenta interessante para identificar Universidades e suas avaliações de qualidade é o Guia da Faculdade, que recebe uma edição nova a cada ano, composta por informações valiosas sobre cursos de graduação em todo o país. A publicação é elaborada pela Quero Educação (uma empresa privada que oferece serviços de orientação educacional e profissional).

Os critérios de avaliação dos cursos de graduação abordados no Guia da Faculdade 2023, por exemplo, foram: a qualidade do projeto pedagógico (conteúdo programático dos cursos, a carga horária das disciplinas e a metodologia de ensino); o corpo docente (a formação, a experiência e a qualificação dos professores dos cursos); a infraestrutura (as instalações físicas das instituições de ensino, incluindo laboratórios, bibliotecas e salas de aula); e a empregabilidade (que observa as oportunidades de emprego e estágio oferecidas pelos cursos).

A inovação é que o Guia da Faculdade 2023 também avalia os cursos de graduação em termos de **acessibilidade**, com base na oferta de recursos e serviços para estudantes com deficiência. Disponibiliza ainda um ranking visando contribuir para a melhoria da qualidade do ensino superior e para a inclusão de estudantes com deficiência. O que ajuda não apenas aos estudantes, como suas famílias, no processo de escolha de cursos e instituições.

Já para as instituições de ensino, o referido Guia é um instrumento de avaliação que pode provocar positivamente, e estimular a melhoria da qualidade dos cursos e serviços oferecidos, considerando que instituições que desejam obter boas avaliações precisam oferecer recursos e serviços para estudantes com deficiência, garantindo que eles tenham as mesmas oportunidades de sucesso acadêmico e profissional, além de investir na qualidade do ensino, na formação dos professores e na infraestrutura.

De acordo com o ranking do Guia da Faculdade 2023, o curso de graduação mais bem avaliado em termos de acessibilidade no Brasil é o curso de Direito da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Que obteve a nota máxima (5) na categoria "Acessibilidade".

A UFSC oferece uma série de recursos e serviços para estudantes com deficiência, incluindo: Oferta de cursos e materiais didáticos em formatos acessíveis, como Braille, Libras e legendas; Oferta de exames e avaliações adaptados às necessidades de estudantes com deficiência; Oferta de suporte acadêmico personalizado para estudantes com deficiência; Promoção de oportunidades de interação e convivência entre estudantes com e sem deficiência.

O curso de Direito da UFSC também oferece um programa de mentoria para estudantes com deficiência, que os ajuda a se adaptarem ao ambiente universitário e a desenvolverem suas habilidades acadêmicas.

Outros cursos de graduação que também obtiveram boas avaliações na categoria "Acessibilidade" são:

Curso de Psicologia da Universidade Federal de São Paulo (USP)

Curso de Medicina da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

Curso de Engenharia da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

Curso de Educação da Universidade Federal de Brasília (UnB)

Curso de Administração da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar)

A avaliação da acessibilidade dos cursos de graduação foi realizada pelo Guia da Faculdade com base em uma análise de documentos e entrevistas com professores, alunos e funcionários das instituições de ensino.

CONCLUSÃO

A garantia de direitos de alunos com deficiência no ensino superior é um desafio que requer a atuação conjunta de diferentes atores, incluindo as instituições de ensino, o governo e a sociedade civil. Considerando que no Brasil e no Mundo, a acessibilidade é um mecanismo essencial para garantir os direitos dos estudantes com deficiência no ensino superior. A acessibilidade física, pedagógica e comunicacional é fundamental para que as pessoas com deficiência possam participar plenamente do processo educacional.

Todas as instituições de ensino devem se comprometer com a promoção da acessibilidade no ensino superior, devendo adotar práticas para adequar as infraestruturas físicas, oferecer recursos pedagógicos e de apoio, e capacitar os profissionais da educação para atuar com a diversidade. E em contrapartida, sociedade civil e governos devem apoiar

as instituições de ensino na promoção da acessibilidade, na disponibilização de recursos financeiros e técnicos.

Em paralelo, se faz necessária a ampliação da avaliação da acessibilidade dos cursos de graduação e pós-graduação no Brasil, de forma a garantir que todos os estudantes, independentemente de suas deficiências, tenham acesso à educação em igualdade de condições, progredindo academicamente e nas titulações possíveis. Tudo isso, irá contribuir para a construção de uma sociedade mais diversa, justa e equitativa, uma vez que mais profissionais e acadêmicos com deficiência poderão “tervez e voz”, fazendo uso de fato do lugar de fala, que lhes é próprio.

A acessibilidade no ensino superior **é uma questão de justiça social**. É uma questão de garantir que todas as pessoas, independentemente de suas condições físicas ou intelectuais, tenham acesso à educação em igualdade de condições. Podemos afirmar também que a acessibilidade é **uma questão de oportunidade**. É uma questão de garantir que as pessoas com deficiência tenham as mesmas oportunidades de sucesso acadêmico e profissional que as demais pessoas. Por fim, a acessibilidade **é uma questão de futuro**. É uma questão de garantir que as pessoas com deficiência possam contribuir plenamente para a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva, rompendo barreiras e reforçando a máxima “nada sobre nós, sem nós”.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial da União, Brasília, DF, 7 jul. 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília: MEC, 2008.

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria nº 3.292, de 30 de dezembro de 2012. Dispõe sobre o Programa de Educação Inclusiva para Pessoas com Deficiência na Educação Superior. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 31 dez. 2012.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Superior. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Censo da Educação Superior 2022. Brasília: Inep, 2022.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. Câmara de Educação Superior. Resolução nº 7, de 24 de abril de 2022. Fixa Diretrizes para a Educação Superior no Brasil. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 27 abr. 2022.

FONSECA, Ana Lúcia. Acessibilidade e educação superior: desafios e perspectivas. Revista Educação e Sociedade, Campinas, v. 36, n. 131, p. 1027-1046, out. 2015.

GUIA DA FACULDADE. [S.l.]: Quero Educação, 2023. 100 p.

JOAQUIM, Ana Paula. Acessibilidade no ensino superior: uma revisão de literatura. Revista Brasileira de Educação Especial, Marília, v. 25, n. 1, p. 1-18, jan./mar. 2019.

KRAMER, Sonia. Educação inclusiva: a escola e a diversidade. São Paulo: Moderna, 2011.

MARTINS, Maria Helena. Educação inclusiva e acessibilidade no ensino superior: um estudo de caso em uma universidade pública do Rio de Janeiro. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

MELLO, Suely de Fátima. Educação inclusiva e a formação de professores: desafios e perspectivas. Educação & Sociedade, Campinas, v. 25, n. 89, p. 1029-1046, out. 2004.

NETO, J. A. de A.; SÁ, M. L. de O.; ALMEIDA, M. I. S. de. Acessibilidade no ensino superior: uma revisão bibliográfica. Revista Brasileira de Educação

Especial, Marília, v. 22, n. 1, p. 11-28, jan./mar. 2016.

OLIVEIRA, M. K.; SOUZA, D. A. de; SILVA, M. M. da. Acessibilidade no ensino superior: desafios e perspectivas. Revista Educação Especial, Santa Maria, v. 29, n. 63, p. 391-404, jan./abr. 2016.

SANTIAGO, Carlos Roberto. Acessibilidade no ensino superior: um estudo de caso em uma universidade pública do Rio Grande do Sul. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018.

SILVA, M. A. da. Acessibilidade no ensino superior: políticas, práticas e desafios. Revista Brasileira de Educação Especial, Marília, v. 21, n. 3, p. 383-398, jul./set. 2015.